



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **0010546-17.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **Fazenda Publica do Estado de São Paulo**
 Embargado: **Alan Cardoso da Silva**

CONCLUSÃO

Em 11 de novembro de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr^a. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

VISTOS.

A **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO** ajuizou embargos à execução que lhe move **ALAN CARDOSO DA SILVA**, alegando a inexigibilidade do título executivo e excesso de execução.

Sustenta que: (i) a embargada, nos autos do processo da ação condenatória, foi representada pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, órgão do próprio Estado, o que torna inexigível a obrigação referente a honorários; (ii) que há excesso na execução tendo em vista que a exequente pleiteia o valor integral da condenação, quando, em verdade, referido valor deverá ser rateado com o co-réu Município de São Carlos.

A embargada apresentou impugnação a fls. 10. Invocou o instituto da 'coisa julgada' e afirmou que os valores cobrados destinam-se ao FUNDEPE, que conta com regime jurídico próprio e específico para a captação de verbas de sucumbência. Com relação ao rateio da verba honorária, defendeu que, como não especificado o rateio em sentença, o valor fixado serve a ambas (Fazenda Municipal e Fazenda Estadual) como dívida.

É o relatório.

Fundamento e decido.

O pedido comporta parcial acolhimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

Condenada, juntamente com o Município de São Carlos, a arcar com a verba honorária fixada em R\$ 300,00, considerando os parâmetros do artigo 20, paragrafo quarto, do Código de Processo Civil, apresentou a Fazenda Estadual, já em fase de execução, os presentes embargos.

A sentença que condenou os entes públicos ao pagamento dos honorários foi prolatada em 29.07.2010 (fls. 146/154 dos autos principais) e confirmada pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 16.01.2012 (fls. 208/2012 dos autos principais), tendo transitado em julgado em 10.04.2012, conforme certidão de fls. 216.

Assim, sobre a respeitável sentença, confirmada pela Segunda Instância, incidem os efeitos da coisa julgada.

Nesse sentido, destaca-se a manifestação do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.395.322 - SP (2013/0241603-4), julgado em 17.09.2013 cujo relator foi o Exmo. Ministro Humberto Martins:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA EM HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS EM FAVOR DA DEFENSORIA ESTADUAL. CABIMENTO. **OCORRÊNCIA DA COISA JULGADA**. 1. A Primeira Seção desta Corte Superior de Justiça já decidiu que "a Defensoria Pública é órgão do Estado, por isso que não pode recolher honorários sucumbenciais decorrentes de condenação contra a Fazenda em causa patrocinada por Defensor Público" (REsp 596.836/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, Rel. p/acórdão Min. Luiz Fux - cf. Informativo de Jurisprudência do STJ n. 205). 2. No entanto, no julgamento do recurso especial 1.319.361/RJ, em 4.4.2013, com publicação ocorrida em 10.5.2013, a Segunda Turma teve novamente a oportunidade de reapreciar o tema, ocasião em que, depois de maior reflexão, alinhei meu voto ao do eminente Relator Herman Benjamin para consignar que na Execução contra a Fazenda Pública, os Embargos poderão versar sobre qualquer causa impeditiva,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

modificativa ou extintiva da obrigação, a exemplo de pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 741, VI, do CPC)." 3. **No caso dos autos, a Corte de origem consignou que a condenação da recorrente já estava acobertada pelo manto da coisa julgada quando da interposição dos embargos à execução.** 4. Assim, na linha do precedente mais recente da Segunda Turma desta Corte superior, **não se pode falar em inexigibilidade do título, nos termos do art. 741, VI, do CPC, uma vez que a tese da confusão veio a ser alegada em momento posterior à sentença que já havia passado em julgado.** Recurso especial a que se nega provimento. (grifei)

Desse modo, não há como se reconhecer a inexigibilidade do título executivo.

Passa-se agora à análise dos valores executados a fim de verificar se há ou não excesso na execução.

Pois bem, a sentença de fls. 146/154 estabeleceu: “[...] *custas na forma da lei, fixada verba honorária em R\$ 300,00, levando em conta os parâmetros do artigo 20, parágrafo quarto, do CPC*”.

Note-se que nela não faz menção à solidariedade com relação à verba, limitando-se a condenar os entes públicos a arcar com a verba honorária fixada em R\$ 300,00. Nesse sentido, estabelece o artigo 265 do Código Civil que “*a solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes*”.

Assim, não há como se presumir a solidariedade entre os condenados. Por outro lado, prevê o artigo 23 do Código de Processo Civil que “*concorrendo diversos réus; os vencidos respondem pelas despesas e honorários em proporção*”. Portanto, de acordo com os dispositivos acima citados, deve a verba honorária ser rateada, proporcionalmente, entre cada condenado.

Nesse sentido é o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. LITISCONSÓRCIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

PASSIVO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. ARTIGOS 896 DO CC/1916 E 23 DO CPC. I - O Superior Tribunal de Justiça, ao interpretar o artigo 23 do Código de Processo Civil, vem entendendo ser inaplicável, em honorários advocatícios, o princípio da solidariedade, salvo se expressamente consignado na sentença exequenda, que restou irrecorrida. II - **Caso não haja menção expressa no título executivo quanto à solidariedade das partes que sucumbiram no mesmo pólo da demanda, vige o princípio da proporcionalidade, nos termos do artigo 896 do Código Civil/1916** (atual artigo 265 do Código Civil atual). III - Assim, inaplicável o princípio da solidariedade na condenação em custas e honorários advocatícios, pois o artigo 23 do Código de Processo Civil é taxativo: "Concorrendo diversos autores ou diversos réus, os vencidos respondem pelas despesas e honorários em proporção." Recurso especial parcialmente provido. (RESP 489369/PR, Ministro CASTRO FILHO, TERCEIRA TURMA, J. em 01/03/2005). (grifei)

Ante o exposto, correto o valor apontado pela embargante, razão pela qual julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido e determino que a execução prossiga, quanto à verba honorária, pelo valor R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2014.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**